

RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.122 - PE (2016/0256220-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MARIA BERNADETE DOMINGUES AMORIM
RECORRIDO : MARIA DE FATIMA GOMES DE SANTANA
RECORRIDO : MARIA DO ROCIO DE MOURA ROCHA DE AVELAR
BALTAR
RECORRIDO : MARIA DO SOCORRO NUNES GOMES
RECORRIDO : MARTHA CRISTINA DO NASCIMENTO CANTALICE
RECORRIDO : VERA LUCIA S CERQUEIRA DE MELO
RECORRIDO : WILSON GONCALVES FRAGOSO
ADVOGADO : RICARDO ESTÊVÃO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
PE008991
AGRAVANTE : MARIA BERNADETE DOMINGUES AMORIM
AGRAVANTE : MARIA DE FATIMA GOMES DE SANTANA
AGRAVANTE : MARIA DO ROCIO DE MOURA ROCHA DE AVELAR
BALTAR
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO NUNES GOMES
AGRAVANTE : MARTHA CRISTINA DO NASCIMENTO CANTALICE
AGRAVANTE : VERA LUCIA S CERQUEIRA DE MELO
AGRAVANTE : WILSON GONCALVES FRAGOSO
ADVOGADO : RICARDO ESTÊVÃO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
PE008991
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO** e Agravo nos próprios autos de **MARIA BERNADETE DOMINGUES AMORIM E OUTROS**, contra decisão que inadmitiu Recurso Especial, interpostos contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de Apelação, assim ementado (fl. 516e):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXCESSO DE EXECUÇÃO SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CÁLCULOS DA CONTADORIA. PRESUNÇÃO "JÚRIS TANTUM". MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

1 - Cálculos da Contadoria que apuraram com exatidão, o crédito em favor dos Exequentes, não tendo os Apelantes demonstrado a ocorrência de erros materiais nos cálculos acolhidos, restando mantida a presunção de veracidade e a fé pública de que esses usufruem.

2 - Presunção "juris tantum" dos cálculos da Contadoria, órgão auxiliar do juízo, habilitado a fornecer cálculos precisos. Precedentes.

3 - Considerando-se que o valor do excesso de execução foi de mais de 5. milhões de reais pertinente a majoração da verba honorária para R\$1.000,00 por Embargado.

4 - Apelação dos Embargados improvida e Apelação da União Federal provida, em parte, apenas pára majorar os honorários advocatícios.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos (fls. 550/552e), consoante fundamentos resumidos na seguinte na seguinte ementa (fl. 553e):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS. OMISSÃO. OCORRÊNCIA.

1. Aclaratórios opostos pelo particular e pela União Federal indicando existirem omissões no julgado.

2. Acórdão que não apreciou o Agravo Retido da União Federal, devendo o texto do voto ser complementado no início. Prescrição intercorrente da pretensão executória que foi afastada nos autos principais, em sede de exceção de pré-executividade e mantida em sede de Agravo de Instrumento. Incabível a sua rediscussão. Agravo Retido improvido.

3. Não houve pronunciamento a respeito do limite de alcance da execução. Limitação temporal para o termo final dos cálculos das diferenças da URP, em virtude da reestruturação da carreira dos servidores, implantada pela Lei n. 9.421/96, a qual elevou a remuneração dos embargados a valores superiores aos 26,05%, que é dezembro/96. Reestruturação da carreira que constitui limite temporal ao pagamento das diferenças.

4. Embargos de Declaração providos, em parte, apenas para complementar o texto do Acórdão, com a apreciação do Agravo Retido e com a abordagem do alcance da execução, sem, no entanto, conferir efeitos modificativos.

Opostos novos embargos declaratórios pela União, foram rejeitados (fl. 610/614e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, a **UNIÃO** aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

I. Art. 535 do Código de Processo Civil – "não foi devidamente

apreciada a postulação relativa ao pedido de compensação dos valores devidos pelas partes com aqueles ainda devidos pela UNIÃO, conforme permite a legislação de regência e ante princípios de economia e celeridade processuais. Também, não houve apreciação da segunda prescrição apontada, amparada em nova situação, posterior à primeira análise que recusou a sua ocorrência. Ainda, persistiu omissão quanto ao excesso de execução extirpado e a condenação da parte adversa em honorários advocatícios sucumbenciais, bastante irrisórios" (fl. 623e);

II. Alega ser devida a compensação de valores. "Pois bem, já reconhecida a necessidade de limitar-se no tempo índice inconstitucional, a partir da reestruturação da carreira verificada após o trânsito em julgado da lide, e tendo sido pagos, por um lado, valores posteriores à reestruturação, por força da obrigação de fazer, restando ainda, porém, por outro lado, quantia apurada na lide, a título de valores atrasados, urge proceder-se à sua compensação, a fim de se evitar enriquecimento sem causa da parte adversa, a qual já se beneficiou de percentual reconhecidamente contrário à Lei Maior" (fl. 628e);

III. Arts. 1º e 9º do Decreto n. 20.910/32 e 3º do Decreto n. 4.957/1942 – ocorreu a prescrição intercorrente da pretensão executória, pois, "quando da propositura da execução ora embargada, em 30.08.2012, já havia decorrido há muito o prazo prescricional, de acordo com as prescrições do art. 9º do Decreto nº 20.910/32, c/c art. 3º, do Decreto-lei nº 4.597/42, posto que começou a fluir pela metade, desde "o início da execução, tanto da obrigação de fazer (22/07/94) quanto da obrigação de pagar (01/07/96)", conforme os marcos temporais utilizados pela decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade, os quais, portanto, não podem tratar, frise-se, de execução que lhe é posterior, objeto dos

presentes Embargos à execução nº 0019582-19.2012.4.05.8300" (fl. 626e); e

- IV. Art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil – são irrisórios os "honorários advocatícios fixados em apenas R\$ 1.000,00 por exequente, diante de uma conta não exigível em mais de R\$ 5.000.000,00, sob pena de estímulo ao ajuizamento de execuções prescritas e/ou totalmente divorciadas daquilo deferido no título executivo judicial e, por conseguinte, do ordenamento jurídico pátrio" (fl. 632e).

Com contrarrazões (fls. 638/651e), o recurso foi admitido (fl. 654e).

No Agravo de **MARIA BERNADETE DOMINGUES AMORIM E OUTROS**, sustenta-se estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (fls. 661/664e).

Com contraminuta (fls. 668/675e), os autos foram encaminhados a esta Corte.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Do Recurso Especial da União:

O Recorrente sustenta a existência de omissão não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto, "não foi devidamente apreciada a postulação relativa ao pedido de compensação dos valores devidos pelas partes com aqueles ainda devidos pela UNIÃO, conforme permite a legislação de regência e ante princípios de economia e

celeridade processuais. Também, não houve apreciação da segunda prescrição apontada, amparada em nova situação, posterior à primeira análise que recusou a sua ocorrência. Ainda, persistiu omissão quanto ao excesso de execução extirpado e a condenação da parte adversa em honorários advocatícios sucumbenciais, bastante irrisórios" (fl. 623e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (fls. 511/513e)

Os cálculos da Contadoria apuraram com exatidão, o crédito em favor dos Exequentes, não tendo os Apelantes demonstrado a ocorrência de erros materiais nos cálculos acolhidos, restando mantida a presunção de veracidade e a fé pública de que esses usufruem.

Os Tribunais pátrios pacificaram o entendimento de que, ocorrendo erro de cálculo aritmético, esse poderá ser corrigido, de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo, ainda que trânsito em julgado a decisão judicial, desde que haja comprovação cabal do engano.

Os cálculos da Contadoria possuem presunção "juris tantum", sendo órgão auxiliar do Juízo, por estar habilitado a fornecer cálculos precisos. A propósito, transcrevo os seguintes julgados:

(...)

Passo à apreciação do pedido da União Federal, de majoração da verba honorária para o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor do excesso reconhecido.

De acordo com o artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC, o Julgador, caso a caso, fixará, examinando as peculiaridades e o grau de dificuldade do feito, a verba honorária que reputar devida.

No caso concreto, o Juiz fixou os honorários em R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada um dos Embargados. Consoante sua apreciação equitativa, portanto, fixou a verba honorária devida, no entanto, me parece cabível o questionamento da Embargante de que seria irrisória a verba honorária fixada em seu favor.

Em atenção aos critérios encartados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do artigo 20 (às quais se reporta o § 4º), do CPC, tais como a natureza da causa e o trabalho do advogado, a condenação nos honorários advocatícios encontra-se inadequada ao alto valor de excesso de execução verificado, de mais de 5 (cinco) milhões de reais.

Dessarte, entendo que a verba honorária, à qual foi condenada a parte embargada, deve ser majorada para R\$1.000,00 (um mil reais), por cada Embargado, o que representa o dobro daquela verba que tinha sido fixada no 1º grau, por ser, ao meu ver, a verba que melhor se ajusta ao volume patrimonial da causa, sob foco.

Esforçado nessas razões, nego provimento à Apelação do particular e dou provimento, em parte, à Apelação da União Federal, apenas para majorar os honorários advocatícios, a serem pagos pelos Embargados.

E como voto.

Ao prolatar o acórdão mediante o qual os embargos de declaração foram analisados, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (fls. 551/552e):

A União Federal pediu a reconsideração da decisão agravada, no tocante à prescrição da execução, por entender que essa não se confunde com a prescrição que foi objeto da exceção de pré-executividade.

Compulsando os autos, verifico que a decisão de fls. 138/141 não merece reparo, pelos mesmos argumentos expendidos pelo Juiz, os quais adoto como razões de decidir, uma vez que a prescrição intercorrente da pretensão executória já foi afastada com a decisão de fls. 1.068/1.069, dos autos principais, em sede de exceção de pré-executividade, tendo sido mantida por este Tribunal, em sede de Agravo de Instrumento (fls. 1.277/1.282, dos autos principais), não sendo cabível a sua rediscussão. O texto do voto do Acórdão deve ser complementado com a abordagem acima, no sentido de ser negado provimento ao Agravo Retido.

Em relação aos embargos de declaração dos particulares, de fato não houve pronunciamento a respeito do limite de alcance da execução.

Nesse mister, deve prevalecer o entendimento exposto na decisão de fls. 138/141, no sentido de que assiste razão à União Federal, relativamente à divergência referente à limitação temporal para o termo final dos cálculos das diferenças da URP, que é dezembro de 1996, em virtude da

reestruturação da carreira dos servidores, implantada pela Lei nº 9.421/96, a qual elevou a remuneração dos embargados a valores superiores aos 26,05% pleiteados pelos Embargados, pois a jurisprudência é assente no sentido de que a reestruturação da carreira de servidores públicos, fixando novos padrões remuneratórios e resultando na absorção de percentuais de aumento anteriormente deferidos, constitui limite temporal ao pagamento relativo a essas diferenças.

Na verdade a referida lei não promoveu um reajuste linear dos servidores, mas impôs uma autêntica reestruturação da carreira, absorvendo o reajuste de vencimentos em tela, limitado à data da reestruturação da carreira. Esta limitação tem o objetivo de viabilizar que a Administração promova alterações na estrutura remuneratória dos servidores, sem o risco de malferir a coisa julgada. O texto do voto deve ser complementado, para constar o entendimento acima explicitado, de que o percentual de 26,05%, referente às diferenças da URP, ao qual os servidores faziam jus, não poderia ficar à margem

desses reajustes recebidos, tendo sido, portanto, absorvido pelos acréscimos vencimentais decorrentes, em razão da implantação da nova sistemática quando da emissão da Lei nº 9.421/96, em dezembro de 1996, não existindo mais valores a serem pagos aos embargados. Forte nessas razões, dou provimento, em parte, aos Embargos de Declaração, apenas para complementar o texto do Acórdão, com a apreciação do Agravo Retido da União Federal e com a abordagem do alcance da execução, sem, no entanto, conferir efeitos modificativos. É como voto.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Com efeito, haverá contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a omissão disser respeito à fundamentação exposta, e não quando os argumentos invocados não restarem estampados no julgado, como pretende a parte Recorrente.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a dispensa ao julgador de rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes (v.g. Corte Especial, EDcl nos EDcl nos EREsp 1.284.814/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 03.06.2014; 1ª Turma, EDcl nos EDcl no AREsp 615.690/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.02.2015; e 2ª Turma, EDcl no REsp 1.365.736/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 21.11.2014).

E depreende-se da leitura dos acórdãos recorrido e integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

No caso, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que a prescrição intercorrente da pretensão executória alegada pela União restou afastada com a decisão de fls. 1.068/1.069e, dos autos principais, em sede de exceção de pré-executividade, nos seguintes termos (fl. 551e):

A União Federal pediu a reconsideração da decisão agravada, no tocante à prescrição da execução, por entender que essa não se confunde com a prescrição que foi objeto da exceção de pré-executividade.

Compulsando os autos, verifico que a decisão de fls. 138/141 não merece reparo, pelos mesmos argumentos expendidos pelo Juiz, os quais adoto como razões de decidir, uma vez que a prescrição intercorrente da pretensão executória já foi afastada com a decisão de fls. 1.068/1.069, dos autos principais, em sede de exceção de pré-executividade, tendo

sido mantida por este Tribunal, em sede de Agravo de Instrumento (fls. 1.277/1.282, dos autos principais), não sendo cabível a sua rediscussão.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. FORNECIMENTO DOS ELEMENTOS DE CÁLCULO. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/73. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MÉRITO. INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA JULGADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS NO RESP 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DE EFEITOS.

1 - Não ocorreu ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2 - A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, acerca da inexistência de inércia da parte exequente, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3 - Ademais, a controvérsia de que cuidam os presentes autos foi submetida ao Colegiado da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, pelo rito dos recursos especiais repetitivos (Tema nº 880), restando fixada, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, Relator Ministro Og Fernandes, a seguinte tese: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal.

Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos

perante a administração ou junto a terceiros".

4 - Modulados os efeitos do citado precedente, assentou-se que, "para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017".

5 - Na hipótese dos autos, tendo em vista que o trânsito em julgado da sentença exequenda ocorreu antes do marco temporal estabelecido no julgamento do recurso paradigmático (30/6/2017), impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido não destoa da compreensão firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

6 - Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1001890/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 15/04/2019)

Quanto à alegação de ser devida a compensação de valores pagos administrativamente após a reestruturação da carreira, observo que o Recorrente não apontou o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo

Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. Quanto aos juros moratórios, o Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 87.521/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/05/2013).

No que tange ao pedido de majoração da verba honorária, o Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, arbitrou os honorários advocatícios, consoante sua apreciação equitativa, nos seguintes termos (fl.355e):

Passo à apreciação do pedido da União Federal, de majoração da verba honorária para o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor do excesso reconhecido.

De acordo com o artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC, o Julgador, caso a caso, fixará, examinando as peculiaridades e o grau de dificuldade do feito, a verba honorária que reputar devida. No caso concreto, o Juiz fixou os honorários em R\$ 500,00

(quinhentos reais), para cada um dos Embargados. Consoante sua apreciação equitativa, portanto, fixou a verba honorária devida, no entanto, me parece cabível o questionamento da Embargante de que seria irrisória a verba honorária fixada em seu favor.

Em atenção aos critérios encartados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do artigo 20 (às quais se reporta o § 4º), do CPC, tais como a natureza da causa e o trabalho do advogado, a condenação nos honorários advocatícios encontra-se inadequada ao alto valor de excesso de execução verificado, de mais de 5 (cinco) milhões de reais.

Dessarte, entendo que a verba honorária, à qual foi condenada a parte embargada, deve ser majorada para R\$1.000,00 (hum mil reais), por cada Embargado, o que representa o dobro daquela verba que tinha sido fixada no 1º grau, por ser, ao meu ver, a verba que melhor se ajusta ao volume patrimonial da causa, sob foco.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. ART. 20, § 3º e § 4º, DO CPC. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A falta de prequestionamento do art. 21, parágrafo único, do CPC inviabiliza o exame do recurso especial (STF, Súmula 282).

2. A Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.155.125/MG, Relator o Ministro Castro Meira, submetido ao regime dos recursos repetitivos, reafirmou a orientação no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

3. O reexame dos honorários advocatícios é inviável no recurso especial, a não ser quando fixados de modo manifestamente irrisório ou excessivo, em face do cenário dos autos, o que não se afigura presente na hipótese.

4. A quantia arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a que foi condenada a União (Fazenda Nacional), não se revela irrisória, nem sua fixação deveria estar necessariamente vinculada ao valor da causa.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1449755/PR, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015, destaque meu).

(...)

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA. AFERIÇÃO. AFRONTA À LEI 8.383/91.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

(...)

4. Não delineados pelo Tribunal de origem, no acórdão recorrido, os critérios que o levaram a adotar determinada base de cálculo, percentual ou valor fixo para os honorários advocatícios, não há como a matéria ser revista neste Tribunal Superior, ante o inafastável óbice da Súmula 7/STJ.

5. As alegações atinentes ao grau de sucumbência da parte insurgente, se mínima ou recíproca, bem como a apontada violação ao artigo 1º, § 2º, da Lei 8.383/91, não foram objeto de debate nas instâncias ordinárias, o que configura ausência de prequestionamento, atraindo, assim, a incidência da Súmula 211/STJ.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1255683/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015, destaque meu).

No que tange ao Agravo de **MARIA BERNADETE DOMINGUES AMORIM E OUTROS**, de pronto, verifico a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade, relativo à regularidade formal do agravo interposto.

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório.

Nessa linha, o enunciado da Súmula n. 182/STJ segundo o qual, “é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”, entendimento também aplicável ao agravo contra decisão denegatória de recurso especial, nos termos explicitados no inciso I, do § 4º, do art. 544, do Código de Processo Civil, incluído pela Lei n. 12.322/2010.

No presente caso, o Recurso Especial não foi admitido sob o fundamento de que a parte recorrente não indicou, com precisão, qual o dispositivo de lei federal supostamente teria sido violado, incindindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF (fl. 655e).

Entretanto, as razões do Agravo de Instrumento apresentam conteúdo genérico (fls. 661/664e), não impugnando, de forma específica, o fundamento adotado na

decisão agravada, reiterando, ademais, as razões do recurso especial, impondo-se, de rigor, o não conhecimento do recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 182/STJ. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1. Cuida-se de agravo regimental interposto por Reunidas S/A Transportes Coletivos contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento ao aplicar a Súmula n. 182/STJ.
2. Fundamentos da decisão do TJSC que inadmitiu o recurso especial interposto pela empresa que não foram infirmados de forma incisiva no agravo de instrumento. Incidência da Súmula 182/STJ.
4. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag 916.191/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJe 24/04/2008).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 182/STJ.

1. Cuida-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento ao aplicar a Súmula n. 182/STJ.
2. Decisão do TJSP que inadmitiu o recurso especial interposto em face da falta de fundamentação do Decreto 774/93, da aplicabilidade da Súmula 7/STJ por se tratar de matéria fático-probatória e da falta de demonstração do dissídio jurisprudencial. Contudo, o agravante limitou-se a dizer que a matéria foi devidamente prequestionada.
3. Razões de recurso que não atacam os argumentos da decisão combatida, fazendo incidir o enunciado da Súmula n. 182 deste Tribunal, *litteris*: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.
4. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag 1.013.939/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 12/09/2008).

Posto isso, com fundamento nos arts. 544, § 4º, I, e 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, **NÃO CONHEÇO** do Agravo em Recurso Especial dos particulares, porquanto manifestamente inadmissível; e, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora